

EXERCÍCIO DO DIREITO À PORTABILIDADE DOS DADOS

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

Nome / Razão Social:

Endereço do Escritório / Serviço perante o qual se exerce o direito à portabilidade dos dados:

Rua/Praça

....., n.º

..... C.P., localidade

....., província

Comunidade Autónoma

DADOS DO TITULAR OU REPRESENTANTE LEGAL

Sr./Sra.

.....,

maior de idade, com domicílio na Rua/Praça

..... n.º

....., localidade, província

....., C.P., com N.I.F. n.º

..... e correio eletrónico

..... por meio do presente escrito

exerce o direito de portabilidade dos dados, em conformidade com

o previsto no artigo 20.º do Regulamento UE 2016/679,

Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).



SOLICITA

Que lhe sejam facultados, no prazo de um mês, os seus dados pessoais num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática.

Se for caso disso, que os referidos dados pessoais sejam transmitidos diretamente ao responsável _____ (especifique nome ou razão social), sempre que seja tecnicamente possível.

Recomenda-se que o presente formulário seja acompanhado de um documento no qual exponha, de forma detalhada, todos os dados que permitam identificar o objeto do seu pedido.

Em a de de 20.....

Assinado

INSTRUÇÕES



- 1.** Este modelo será utilizado pelo titular que pretenda que lhe sejam facultados os seus dados pessoais num formato estruturado, de uso corrente e leitura automática. Também poderá ser utilizado se pretender que os referidos dados pessoais sejam transmitidos diretamente de responsável para responsável, sempre que seja tecnicamente possível.
- 2.** O requerente deverá estar suficientemente identificado no pedido, que deverá estar assinado. Se o pedido for formulado por terceiro, deverá ser devidamente comprovada a representação conferida para esse efeito. Deve saber que, quando o responsável pelo tratamento tiver dúvidas razoáveis sobre a identidade da pessoa singular que apresenta o pedido, poderá solicitar que sejam fornecidas as informações adicionais necessárias para confirmar a sua identidade.
- 3.** A Agência Espanhola de Proteção de Dados não dispõe dos seus dados pessoais e só pode facultar os dados de contacto dos Delegados de Proteção de Dados das entidades obrigadas a designar um que tenham comunicado a sua nomeação à Agência. Também pode facultar estes dados de contacto relativamente às entidades que tenham designado um Delegado de forma voluntária e o tenham comunicado.
- 4.** O titular dos dados pessoais objeto de tratamento deve dirigir-se diretamente ao organismo público ou privado, empresa ou profissional de quem presume ou tem a certeza de que possui os seus dados.
- 5.** Para que a Agência Espanhola de Proteção de Dados possa tramitar a sua reclamação, caso o seu pedido de exercício do direito à portabilidade dos dados não tenha sido atendido no prazo de um mês, é necessário que apresente um dos seguintes documentos:



- A recusa do responsável pelo tratamento à portabilidade dos dados solicitados.
- Cópia carimbada pelo responsável pelo tratamento do modelo de pedido de portabilidade.
- Cópia do modelo de pedido de portabilidade carimbado pelos correios ou cópia do recibo do envio por correio registado.
- Quaisquer outros meios de prova facultados pelo responsável pelo tratamento dos quais se possa deduzir a receção do pedido.